



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA)

Data da reunião: 08/12/2021

Presidente: Senador Jaques Wagner

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLS 93/2018</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.</p> <p>Autoria: Senadora Rose de Freitas</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Luis Carlos Heinze	Pela aprovação com a emenda que apresenta	<p>O projeto pretende alterar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) no sentido de obrigar fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados a estabelecer, no prazo de 5 anos a partir da publicação da norma resultante, sistemas de logística reversa e, quando for o caso, de reciclagem de materiais. A disposição é inserida na forma de parágrafo ao art. 33 da lei.</p> <p>O relator propõe a aprovação com emenda cujo objetivo é o de autorizar o Poder Executivo, mediante estudos que indiquem a viabilidade técnica e econômica e que considerem o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, a abertura de chamamento público para estruturação e implementação de novos sistemas de logística reversa de produtos industrializados não listados no <i>caput</i> do art. 33 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PL 175/2020</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reúso das águas servidas.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Otto Alencar	Pela aprovação com 3 emendas de redação que apresenta	<p>O projeto altera a Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reúso das águas servidas. A proposição estabelece duas obrigações aos prestadores de serviço público de abastecimento de água: corrigir as falhas da rede hidráulica, de modo a evitar vazamentos e perdas e a aumentar a eficiência do sistema de distribuição; e fiscalizar a rede de abastecimento de água para coibir as ligações irregulares. Além disso, prevê que, no âmbito da Política Federal de Saneamento Básico, a União estimulará o uso das águas pluviais e o reúso das águas servidas em novas edificações e nas atividades paisagísticas, agrícolas, florestais e industriais. O projeto estabelece que as águas pluviais e as águas servidas destinam-se a atividades menos restritivas quanto à qualidade e deverão passar por filtragem previamente à acumulação e ao uso na edificação.</p> <p>O relator propõe a aprovação com emendas para: a) alterar a expressão “águas pluviais” por “águas de chuva”, tendo em vista que essa última expressão é utilizada pela Lei 11.445/2007 e que o projeto se refere a abastecimento de água, componente distinto do saneamento básico; b) alterar a expressão “águas servidas” por “águas cinzas”, tendo em vista que a expressão “águas servidas” pode designar qualquer efluente de um sistema de esgoto residencial ou municipal, podendo incluir as “águas negras”, ou seja, os efluentes provenientes exclusivamente do esgotamento sanitário, enquanto a expressão “águas cinzas” se refere às águas resultantes de todas as atividades domésticas, com exceção de fontes de águas negras, e, por isso, vêm sendo estudadas com vistas ao reúso; c) especificar que o projeto trata de reúso não potável das águas, pois os processos e tratamentos para fins potáveis são complexos e de custo elevado; d) deixar de especificar o tipo de tratamento a ser adotado, optando por uma redação que obrigue o atendimento a padrões de qualidade e segurança das águas a serem armazenadas e utilizadas, em vez da técnica a ser empregada.</p>

Item	Identificação da matéria
3	<p>REQ 63/2021 - CMA</p> <p>Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração”.</p> <p>Autoria: Senadora Eliziane Gama</p>
4	<p>REQ 64/2021 - CMA</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 63/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração” seja incluído o convidado que menciona.</p> <p>Autoria: Senador Zequinha Marinho</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.